

## O BROCENSE NA TEORIA GRAMATICAL PORTUGUESA NO INÍCIO DO SÉCULO XVII\*

É de sobra conhecida a enorme repercussão, de uma ponta à outra da Europa, que teve a teoria linguística apresentada por Francisco Sánchez de Las Brozas na sua *Minerva seu de causis linguae latinae*<sup>1</sup> (Salamanca, 1587), durante os séculos posteriores à sua publicação, sobretudo se se compara com o seu limitado alcance – na sombra das *Introductiones latinae* de Elio Antonio de Nebrija<sup>2</sup> – nos tratados gramaticais sobre a língua latina editados em Espanha após a *editio princeps* da *Minerva*<sup>3</sup>. Contudo, no que respeita às gramáticas castelhanas do século XVII –

\* O presente texto foi elaborado a partir de uma comunicação apresentada à *XVII Trobada Internacional de Joves Lingüistes*, celebrada na Universidade de Alicante, durante os dias 19 e 21 de Abril de 2002. Agradecemos à Prof.<sup>a</sup> Sónia Duarte a tradução que fez do texto em Espanhol.

<sup>1</sup> Sobre esta obra, cf. GARCIA, Constantino – *Contribución a la historia de los conceptos gramaticales. La aportación del Brocense*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960; LIAÑO PACHECO, José M. – *Sanctius, el Brocense*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1971; BREVA-CLARAMONTE, Manuel – *Sanctius' Theory of Language: A contribution to the history of Renaissance linguistics*, Amesterdão/Filadélfia, John Benjamins, 1983; RAMAJO CAÑO, Antonio – “De Nebrija al Brocense”, in *Anuario de estudios filológicos*, 13, 1990, pp. 331-347; SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio – “La gramática racional del XVI ¿Continuidad o ruptura?”, in *La recepción de las artes clásicas en el siglo XVI*, Cáceres, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, 1996, pp. 25-48; *idem* – “Nebrija y el Brocense”, in *Revista de Estudios Extremeños*, LII, 1, 1996, pp. 11-31.

<sup>2</sup> Cf. LÁZARO CARRETER, Fernando – *Las ideas lingüísticas en España durante el siglo XVIII*, Madrid, Crítica, 1985, pp. 153-154: “[...] la influencia del Brocense en España fue imperceptible, siendo incapaz de arrebatar al *Arte* de Nebrija el puesto que, desde un principio, había conquistado”. Convém reconhecer, não obstante, a dívida, contraída com a gramática de Sánchez de las Brozas, da reforma da *Arte* de Nebrija levada a cabo pelo jesuíta Juan Luis de la Cerda, cuja primeira edição viu a luz sob o seguinte título: *Institutio grammatica* (Madrid, 1598) – intitulada, nas restantes edições, *De institutione grammatica libri quinque* – (cf. RAMAJO CAÑO, Antonio – “La huella del Brocense en el ‘Arte’ del P. La Cerda (1560-1643)”, in *Revista Española de Lingüística*, 21, 1991, pp. 301-302). Sobre a influência do Brocense, durante os séculos XVII e XVIII, noutras tratados de gramática latina em Espanha, *ibidem*, pp. 306-307.

<sup>3</sup> Temos que precisar, não obstante, que, anos antes (Lião, 1562), saiu à luz um primeiro esboço da *Minerva*, do qual há uma edição crítica com estudo preliminar a cargo de Eduardo del Estal Fuentes (Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1975).

especialmente as compostas por Bartolomé Jiménez Patón<sup>4</sup>, Gonzalo Correas<sup>5</sup> e Juan Villar<sup>6</sup> –, a sorte das ideias do Brocense parece ter sido bastante diferente<sup>7</sup>.

No âmbito europeu, alguns autores<sup>8</sup> tornaram manifesta a clara influência, durante os séculos XVII e XVIII, da gramática sanctiana sobre gramáticos forâneos de renome, como Gaspar Scioppius (1576-1649)<sup>9</sup>, Gerardus Joannes Vossius (1577-1649)<sup>10</sup>, os gramáticos de Port-Royal ou Jacob Perizonius (1651-1715). Por sua vez, outros estudiosos<sup>11</sup> dedicaram-se à peugada da teoria de Sánchez de las Brozas em gramáticos portugueses, sobretudo, no oratoriano António Pereira de Figueiredo (1725-1797)<sup>12</sup> e em Luís António Verney (1713-1792)<sup>13</sup>. No entanto, pouco se aprofundou a influência das ideias linguísticas contidas na *Minerva*<sup>14</sup> na produção gramatical portuguesa do século XVII. É precisamente disso que vai tratar o presente trabalho. Em qualquer caso, antes de avançar nesta linha, parece-nos oportuno apresentar as correntes linguísticas predominantes durante o século XVI na Península Ibérica, porquanto são a base sobre a qual se fundamentam os manuais gramaticais posteriores.

<sup>4</sup> *Instituciones de la gramática española*, Baeza, 1614. Desta obra há uma edição com estudo preliminar a cargo de Antonio Quilis e Juan Manuel Rozas (Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1965).

<sup>5</sup> *Arte kastellana*, Salamanca, 1627. Desta gramática há uma edição com estudo preliminar a cargo de Manuel Taboada Cid (Santiago de Compostela, Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1984).

<sup>6</sup> *Arte de la lengua española*, Valencia, 1651. Da *Arte* de Juan Villar há uma edição facsimilada com estudo preliminar a cargo de Manuel Peñalver Castillo (Jaén, Diputación Provincial, 1997).

<sup>7</sup> Cf. YLLERA, Alicia – “La gramática racional castellana en el siglo XVII: La herencia del brocense en España, in *Serta Philologica F. Lázaro Carreter I*, Madrid, Cátedra, 1983, pp. 649-666.

<sup>8</sup> Cf. GARCIA, Constantino – *Op. cit.*, pp. 31-32, e BREVA-CLARAMONTE, Manuel – “La teoría gramatical del Brocense en los siglos XVII y XVIII”, in *Revista Española de Lingüística*, 10, 1980, pp. 351-371.

<sup>9</sup> Autor da *Gramática Philosophica* (Milão, 1628), na qual chega a opor a *sanctiana grammatica à cloacina grammatica* (as gramáticas normativistas editadas até à publicação da *Minerva*).

<sup>10</sup> Autor do *Aristharcus, sive de arte grammatica libri septem, quibus censura in Grammaticos praecipue veteres exerceatur; caussae Lingua Latinae eruuntur; Scriptores Romani illustrantur, vel emendantur* (Amesterdão, 1635).

<sup>11</sup> Cf. BARAJAS SALA, Eduardo – “Notas sobre la huella del Brocense en Portugal”, in *Alcántara*, 6, 1985, pp. 81-114.

<sup>12</sup> Pereira de Figueiredo, um dos gramáticos lusos mais relevantes do seu tempo, compôs o *Novo metodo da grammatica latina, dividido em duas partes* (Lisboa, 1752) e, sob o pseudônimo de Reis Lobato, a *Arte da grammatica da lingua Portugueza* (Lisboa, 1770) – cf. ASSUNÇÃO, Carlos da C. – “Uma leitura da introdução da *Arte da grammatica da lingua Portugueza de Reis Lobato*”, in *Revista da Faculdade de Letras “Linguis e literaturas”*, Porto, 14, Porto, 1997, p. 167. Desta último tratado há uma edição crítica com introdução levada a cabo por Carlos Assunção (Lisboa, Academia das Ciências, 2000).

<sup>13</sup> Autor da *Grammatica latina tratada por um metodo, claro, e facil, para uso daquelas pessoas que querem aprendela brevemente, e solidamente* (Barcelona [?], 1758).

<sup>14</sup> Convém precisar que a *Minerva* de 1587 supõe “la recopilación de la doctrina gramatical de Francisco Sánchez, en donde se recoge toda su obra anterior, que estaba, no sólo en la *Minerva* de 1562,

Pode afirmar-se, em termos gerais, que as ideias gramaticais vigentes no referido período constituem não só uma continuação como uma evolução do pensamento renovador, relativo à descrição da língua, difundido pelo Humanismo. Em certos casos, desenvolvem-se teorias claramente mais próximas das medievais que das preceituadas pelos *studia humanitatis*. Por isso, é habitual entre os autores, ao traçar o panorama linguístico nesta época, apresentar duas tendências, em geral antagónicas: a gramática do *usus* e a gramática das *rationes*. A estas, deve-se acrescentar uma terceira que, não obstante o seu escasso eco nos estudos dedicados à historiografia gramatical, será precursora de numerosos manuais publicados na centúria seguinte, imbuídos das teses experimentalistas.

1. Os postulados da gramática do *usus*, fundamentalmente normativa, surgem como reacção aos tratados que sobre a língua latina se vinham compondo na Idade Média<sup>15</sup>, em concreto, os enquadrados na denominada *grammatica speculativa* ou dos *modi significandi*. Ante tais obras, que se dedicavam essencialmente ao conteúdo, descuidando por sua vez a correção formal, os gramáticos humanistas recuperaram o latim dos clássicos, como aponta Francisco Rico a respeito das *Introductiones latinae* (Salamanca, 1481) de Elio Antonio de Nebrija:

"Frente a las certezas inmutables que la gramática *speculativa* persigue a través de la lógica y la metafísica, por encima de la contingencia humana, Nebrija opta por la verdad en el tiempo: una gramática derivada «ex doctissimorum virorum usu atque auctoritate», que exige afinar juicio y perspectiva para apreciar grados y matices en los escritores y en las épocas."<sup>16</sup>

---

sino también en las diferentes ediciones de las *Institutiones* [as *Verae brevesque grammatices latinae institutiones*], y en los *Paradoxa*" (SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio – "Introducción" a *Minerva o de causis linguae latinae*, Cáceres, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, 1995, p. 11).

<sup>15</sup> Tal rejeição ao pensamento linguístico medieval, em certas ocasiões é mais retórico que real, porquanto os gramáticos renascentistas se servem de metalinguagem devedora dos modistas (cf. LOZANO GUILLÉN, Carmen – *La aportación gramatical renacentista a la luz de la tradición*, Valhadolide, Publicaciones de la Universidad, 1992, pp. 111-113). Por outro lado, alguns autores evidenciaram a dívida de Nebrija contraída com gramáticos medievais como Pedro de Isolella, Francisco da Buti o Martinus da Dacia, na explicação do nome e do adjetivo (cf. PERCIVAL, Walter K. – "Nebrija and the medieval grammatical tradition", in *Antonio de Nebrija: Edad Media y Renacimiento*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1994, pp. 252-255). Caso mais claro ainda é o de Joannes Despauterius, autor dos *Commentarii grammatici* (Paris, 1537), que, não obstante as suas crudas invectivas contra os modistas, baseia grande parte da teoria verbal na gramática especulativa (Cf. PONCE DE LEÓN, Rogelio – *Aproximación a la obra de Manuel Álvares. Edición crítica de sus De institutione grammatica libri tres*, Madrid, Universidad Complutense, 2000 [em processo electrónico de edição], pp. LXIX-LXXX; sempre que itemos passagens da gramática de Álvares, fá-lo-emos por esta edição).

<sup>16</sup> Rico, Francisco – *Nebrija frente a los bárbaros: El canon de gramáticos nefastos en las polémicas del humanismo*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1978, p. 44.

Assim, as *artes renascentistas* descrevem a língua latina conforme a norma e uso dos *veteres*, de modo que a finalidade não só é didáctica como também filológica, tal como observou S. López Moreda a propósito de um dos principais tratados gramaticais do Renascimento, os *Elegantiarum linguae latinae libri sex* (c. 1444), de Lorenzo Valla:

“El deber del gramático para adquirir la *recte loquendi scientia* no debe restringirse a una mera preceptiva, comporta también la *poetarum enarratio* y la *emendata lectio*, se impone la exégesis de la *inventio* y de la *elocutio*, ha de buscarse primero la precisión analítica y léxica de la *inventio* y después buscar la corrección de la *elocutio* tomando en ambos casos el uso de los autores clásicos y su *modus dicendi*.<sup>17</sup>”

Entre as gramáticas descritivas da língua latina, cabe destacar, como obras universais que são, as já citadas *Introductiones latinae* e os *De institutione grammatica libri tres* (Lisboa, 1572) do jesuíta madeirense Manuel Álvares (1526–1583), representação cimeira, esta última, da referida tendência prescritiva, segundo apontou W. Keith Percival:

“The final outcome of the revolution set in motion by these critics of the grammatical tradition was a new orthodoxy, a synthesis of the old and new, represented above all by two works by humanists from the Iberian peninsula, Francisco Sánchez de las Brozas [...] and Manoel Álvares [...]. The overall arrangement [dos *De institutione grammatica libri tres*] is methodical and unusually perspicuous [...]. There are long theoretical discussions interspersed in the text in which the opinions of both the ancient and modern grammarians are carefully weighed and balanced.”<sup>18</sup>

1. A gramática que se convencionou denominar das *rationes*, pelo contrário, trata de analisar de um ponto de vista filosófico os mecanismos que conduzem a materializar numa língua determinada os enunciados; as referidas “operações” consideram-se gerais para todas as línguas, ainda que nesta época as gramáticas filosóficas<sup>19</sup> estudem a língua latina. Nas palavras de Eustaquio Sánchez Salor, esta corrente

“considera que en el análisis de [una] lengua y de toda lengua en general hay que tener en cuenta dos niveles: un nivel de estructura racional y un nivel de realización sintáctica; en la estructura racional operan esquemas y reglas más o menos generales que dan cuenta

<sup>17</sup> LÓPEZ MOREDA, Santiago – “Introducción” a *De linguae latinae elegantia* de Lorenzo Valla, Cáceres, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, 1999, t. I, p. 35.

<sup>18</sup> PERCIVAL, Walter K. – “The grammatical tradition and the rise of the vernaculars”, in *Current Trends in Linguistics*, 13, Haia, Mouton, 1975, p. 242.

<sup>19</sup> O termo empregado por Manuel Álvares, quando se dirige no seu manual aos autores de tais tratados, é o de *dialectici*.

de los constituyentes lógicos de una frase y de las relaciones entre ellos; la realización sintáctica es el uso y en ella puede haber cambios en relación con la estructura racional; si los hay, es porque el paso de un nivel a otro ha intervenido alguna regla gramatical, como la elipsis, el cambio de orden, etc., que da cuenta de esa asimetría.<sup>20</sup>

Desta corrente são representativos os *De emendata structura latini sermonis libri sex* (Lisboa, 1524)<sup>21</sup> de Tomás Linacro<sup>22</sup>, o *De causis linguae latinae* (Lião, 1540) de Júlio César Escalígero<sup>23</sup>, as *Scholae grammaticae* (Paris, 1559) de Petrus Ramus<sup>24</sup> e a já citada *Minerva seu de causis linguae latinae*<sup>25</sup> de Francisco Sánchez de las Brozas. Como já foi apontado acima, o tratado do Brocense supôs, por um lado, a culminação das obras que versavam a gramática filosófica<sup>26</sup> e o recrudescimento de uma polémica – presente ao longo da obra<sup>27</sup> – entre normativistas

<sup>20</sup> SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio – “La gramática racional...”, *art. cit.*, p. 25.

<sup>21</sup> Desta gramática há uma edição crítica com introdução a cargo de M<sup>a</sup> Luisa Harto Trujillo (Cáceres, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, 1998).

<sup>22</sup> Cf. JENSEN, Karl – “*De emendata structura latini sermonis: the latin grammar of Thomas Linacre*”, in *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, 49, 1986, pp. 106-125; HARTO TRUJILLO, M<sup>a</sup> Luisa – “Tomás Linacro y el Brocense”, in *La recepción de las artes clásicas en el siglo XVI*, Cáceres, Servicio de Publicaciones Universidad de Extremadura, 1996, pp. 95-103; *idem* – “La enálage en la gramática renacentista: Tomás Linacro”, in *Humanismo y pervivencia del mundo clásico. Homenaje al profesor Luis Gil*, II, 2, Cádis, 1997, pp. 629-636.

<sup>23</sup> Cf. STEFANINI, Jean – *Histoire de la grammaire*, Paris, CNRS, 1994, pp. 65-96; GALÁN SÁNCHEZ, Pedro J. – “El *De causis linguae Latinae* de J. C. Escalígero: características generales”, in *Humanismo y pervivencia del mundo clásico. Homenaje al profesor Luis Gil*, II, 2, Cádis, 1997, pp. 613-619.

<sup>24</sup> Concordamos, não obstante, com E. Sánchez Salor em que Petrus Ramus, embora seja incluído entre os gramáticos que se apartam do normativismo (cf. PADLEY, G. Arthur – *Grammatical Theory in Western Europe 1500-1700: The Latin Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976, pp. 58-110), mantém umas características próprias que o afastam deles, sobretudo porque “fue básicamente antiuniversalista y antilogicista [...]”; las descripciones y clasificaciones de Ramus no hacen ninguna concesión a categorías semánticas” (SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio – “La gramática...”, *art. cit.*, pp. 34-35). No mesmo sentido expressa-se CARDOSO, Simão C. – “A Inter-Relação Gramatical no Ensino das Línguas Portuguesa e Latina”, in *Gramática e Ensino das Línguas. Actas do I Colóquio sobre Gramática*, Coimbra, Almedina, 1999, p. 89.

<sup>25</sup> Sempre que citemos passagens da *Minerva*, fá-lo-emos pela edição crítica de Eustaquio Sánchez Salor – introdução e livros I, III, IV – e de César Chaparro Gómez – libro II – (Cáceres, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, 1995).

<sup>26</sup> Para E. Sánchez Salor, contudo, Sánchez de las Brozas desenvolve a sua teoria não só a partir de pressupostos filosóficos, mas também linguísticos, facto que é confirmado, segundo o autor, pelas fontes que utiliza o humanista estremenho: “entre las antiguas están, sí, Platón y Aristóteles; y en ellos, en su lógica, se basa para llegar a algunas conclusiones gramaticales; pero también están Apolonio Discolo y Prisciano, que se mueven [...] en una línea más tipicamente lingüística” (SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio – “La gramática teórica: De Apolonio Discolo y Prisciano a Escalígero y el Brocense”, in *Humanistica Lovaniensia*, 43, 1994, p. 326).

<sup>27</sup> Para W. K. Percival, “the *Minerva* is an extremely complex work, badly organized, and written in a polemical and at times vituperative style” (“The grammatical...”, *art. cit.*, p. 243).

e dialécticos, especialmente intensa em Portugal durante a primeira metade do século XVIII<sup>28</sup>; por outro, a *Minerva*, será uma referência fundamental para grande parte dos linguistas posteriores e, inclusivamente, através da gramática de Port-Royal, para alguma escola linguística surgida no século XX – a Gramática Generativa –, tal como observou Robin Lakoff:

“His work [*Minerva seu...*], as he [Sánchez de las Brozas] saw it, was to provide explanations (‘causae’) for the Latin language. This is very much in the spirit of the *GGR* [*Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*] and universal-rational grammar in general.”<sup>29</sup>

Em traços gerais, os aspectos mais destacáveis da *Minerva* podem resumir-se aos seguintes:

- a) Num plano metodológico, sublinha-se o carácter estritamente científico da gramática latina, pelo que fica fora dos seus objectivos – divergindo da generalidade das *artes* gramaticais renascentistas – o de ensinar aos alunos Latim como se fosse uma língua viva, desenvolvendo neles as macro-habilidades linguísticas orais. Para E. Sánchez Salor, o Brocense

“es [...] autor de una gramática latina, pero de una gramática latina entendida como técnica de análisis racional de las estructuras de la propia lengua latina, y no como un método de aprendizaje de la misma.”<sup>30</sup>

Por conseguinte, a língua latina é objecto de estudo em si mesma, de forma que não se utiliza como instrumento de comunicação, mas sim como meio de acesso aos clássicos e, em síntese, como uma forma de enriquecimento cultural de cada indivíduo.

- a) Num plano linguístico, Sánchez de las Brozas propõe como fim último da gramática a descrição da sintaxe, ao contrário das gramáticas normativas, que a consideravam uma parte integrante daquela. Atendendo às evidentes diferenças entre as estruturas sintácticas, submetidas a uma *ratio* lógica, e à materialização destas no *usus*, explica tais desajustes que afectam os tipos

<sup>28</sup> Cf. FREIRE, António – “A ‘Gramática latina’ do padre Manuel Álvares e os seus impugnadores”, in *As grandes polémicas portuguesas I*, Lisboa, Verbo, 1964, pp. 333-399; ASSUNÇÃO, Carlos da C. – “A polémica sobre a Gramática Alvaresiana”, in *Revista Portuguesa de Humanidades*, 1, 1997, pp. 103-115; e PONCE DE LEÓN, Rogelio – *Op. cit.*, pp. CV-CXVI.

<sup>29</sup> LAKOFF, Robin – Review of C. Lancelot and A. Arnauld, *Grammaire générale et raisonnée*, ed. H. Brekle, Stuttgart-Bad Cannstatt, 1966, in *Language*, 45, 1969, p. 361.

<sup>30</sup> SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio – “La gramática racional...”, *art. cit.*, p. 25.

de relações sintácticas entre os elementos – concordância e regência –, não como exceções no nível sintáctico, mas sim como resultados da aplicação de determinados “procedimentos”; são as figuras de construção, entre as quais se destaca a elipse. Desta, Sánchez de las Brozas serve-se sistematicamente para explicar certas realizações anómalas quanto à estrutura sintáctica: todo o verbo tem uma relação de concordância com um nominativo sujeito (*suppositum*), de forma que, se não se materializa no enunciado, deve ser subentendido – é o caso dos verbos imprecisos –; todo o verbo é transitivo, pelo que, se se realiza na oração sem complemento directo, é devido à elisão do acusativo; todo o ablativo leva preposição, de forma que, nos que apareçam no enunciado sem ela, forçosamente será subentendida; etc.<sup>31</sup>

3. Paralelamente a estas formas de conceber a gramática, é oportuno acrescentar, como se mencionou antes, uma terceira proposta difundida pelo português Francisco Martins († 1596), professor de Latim na Universidade de Salamanca<sup>32</sup> e autor da *Grammaticae artis integra institutio* (Salamanca, 1575), tratado que, a partir de 1588, foi publicado em Castelhano<sup>33</sup>. As ideias deste gramático, expostas no opúsculo *De grammatica professione declamatio* (Salamanca, 1588), fundamentam-se na rejeição da grande quantidade e inútil complexidade dos preceitos que conformavam as *artes gramaticais*<sup>34</sup>. Mas, por outro lado, não poupa críticas contra os argumentos, considerados vãos e difusos, dos gramáticos dialécticos – provavelmente contra a *Minerva*<sup>35</sup>. Para Francisco Martins, os pressupostos gramaticais devem estar submetidos à prática do ensino,

<sup>31</sup> Cf. LOZANO GUILLÉN, Carmen – *Op. cit.*, pp. 141-159.

<sup>32</sup> Cf. ASTA Y GONZÁLEZ, Eugenio A. – *Metodología del latín en el Renacimiento. I: El Maestro Francisco Martínez Catedrático de Prima de latinidad en la Universidad de Salamanca*, Salamanca, Imp. Comercial Salmantina, 1929; e GIL FERNÁNDEZ, Luis – *Panorama social del humanismo español*, Madrid, Tecnos, 1997, p. 117.

<sup>33</sup> RUIZ FIDALGO, Lorenzo – “El maestro Francisco Martins, y las ediciones de su *Arte de la grammatica*”, in *De libros y bibliotecas: Homenaje a Rocío Caracuel*, Sevilha, Universidad de Sevilla, 1994, pp. 325-331.

<sup>34</sup> “Illos [grammaticos] hodierno dic in iudicium vocando existimo, qui, cum iuuentutem erudiendum suscepérint, inutilibus praeceptis nūgisque inanissimis generosa ingenia impediunt, nec sinunt disciplinis optimis optimum vitæ tempus impendi” (MARTINS, Francisco – *De grammatica professione declamatio*, Salamanca, 1588, ff. 1v.<sup>o</sup>-2r.<sup>o</sup>).

<sup>35</sup> “Nostrorum hominum ingenia multo se latius effuderunt, foecundioraque in hoc praeclaro philosophandi genere fuerunt. Nec enim singularum vocum et appellationum origines, sed loquendi formularum praeceptorumque omnium causas rationesque sunt perserutati” (*ibidem*, ff. 17v.<sup>o</sup>-18r.<sup>o</sup>).

o que implica reduzir ao máximo a explicação gramatical e, em consequência, os preceitos; propõe-se, em suma, uma aquisição, por parte do aluno, mais ou menos inconsciente da língua – neste caso, latina –, o que constitui uma proposta próxima, *mutatis mutandis*, do Método Directo para a aprendizagem de idiomas, surgido no começo do século XX. A referida concepção e a alusão, no seu ensaio, à *res ipsa* e à *experiencia* fazem-na, em nossa opinião, precursora dos gramáticos experimentalistas portugueses da centúria seguinte<sup>36</sup>.

Cada uma das três tendências gramaticais influenciou em maior ou menor medida a produção gramatical europeia posterior. Em Portugal, a gramática normativa perdurou graças à prescrição dos *De institutione grammatica libri tres* de Manuel Álvares como livro de leitura para as escolas da Companhia de Jesus e à consequente aparição dos tratados que vertiam para Português e comentavam os livros alvaresianos<sup>37</sup>. No entanto, as ideias linguísticas de Sánchez de las Brozas, mal começou o século XVII, principiaram a ser divulgadas em terras portuguesas por meio de gramáticos que trataram de renovar – não sem dificuldades – a teoria e o método, como complemento ou alternativa aos empregados na citada gramática de Álvares. Provavelmente, o primeiro gramático a introduzir certos aspectos da teoria do Brocense terá sido Pedro Sanches de Paredes<sup>38</sup> († 1635), autor da *Arte de grammatica pera em breve saber latin* (Lisboa, 1610)<sup>39</sup> e, ao que parece, parente do humanista estremeno.

---

<sup>36</sup> Cf. PONCE DE LEÓN, Rogelio – “La pedagogía del latín en Portugal durante la primera mitad del siglo XVII: cuatro gramáticos lusitanos”, in *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos*, 10, 1996, pp. 217-228.

<sup>37</sup> Cf. PONCE DE LEÓN, Rogelio – “El Álvarez en vernáculo: Las exégesis de los *De institutione grammatica libri tres* en Portugal durante el siglo XVII”, in *Revista da Faculdade de Letras “Linguis e Literaturas”*, 18, Porto, 2001, pp. 317-338.

<sup>38</sup> Uma notícia biográfica deste autor aparece em BARBOSA MACHADO, Diogo – *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, 1752, t. III, p. 616: “Filho de Salvador Sanches de Paredes, foy educado com virtuosos documentos por seu Tio Rodrigo Sanches Prior da Igreja de Santa Maria de Obidos do Patriarchado de Lisboa, onde foy Beneficiado. Formado na Faculdade dos sagrados Canones nunca quiz lugar que lhe inquietasse a conciencia antes cuidando mais na conveniencia alheia, que na propria ensinava graciosamente os preceitos da lingoa Latina em a Villa de Obidos, de cuja eschola sahirão excelentes discípulos. Querendo seu tio renunciar nelle a Igreja que possuía o não consentio por se julgar indigno do governo espiritual. Foy insigne humanista, egregio compositor de solfa, e destrissimo tangedor de orgaõ. Falleceo em a quinta de Pedro Sanches Farinha seu Primo situada junto do Convento de Nossa Senhora da Luz no termo de Lisboa a 13 de Abril de 1635”.

<sup>39</sup> O título completo é o seguinte: *Arte de grammatica pera em breve saber latin. Composta em lingoaagem portuguesa e verso portugues, com hum breve vocabulario no cabo e algumas phrases latinas.*

Se nos guiarmos por algumas afirmações contidas no prólogo à *Arte de grammatica*, poder-se-ia concluir que o referido tratado não é senão uma simples adaptação ao Português da gramática de Manuel Álvares:

"Em quasi toda a Arte sigo ao Padre Manuel Alvarez, por me parecer boa ordem a da sua, ajudandome tambem do novo acrecentamento<sup>40</sup>. De modo, que quando menos, pode servir esta de Cartapacio das margens, que se costumão dar em lingoagem, p'ra declaração das regras em Latim."<sup>41</sup>

Com efeito, o tratado de Sanches de Paredes ocuparia o primeiro lugar, num sentido cronológico, de uma extensa lista de manuais que, como se advertiu acima, traduziam e explicavam os preceitos e glosas alvaresianos. No entanto, a *Arte de grammatica* apresenta, relativamente à teoria gramatical, peculiaridades nítidas que a afastam dos cartapácos publicados posteriormente. De facto, o autor manifesta uma série de objecções relativas ao método com que se instruíam os discentes nas letras latinas; em concreto, critica a idoneidade de que seja o Latim, de forma simultânea, veículo e objecto de aprendizagem. Assim o considera no prólogo:

"Erro grande he cuydar, que as regras de Grammatica se ensinarão melhor em Latim que o discípulo não entende, que na lingoa propria sua: donde vemos que pera milhor, e mais breve entendimento da lingoa Grega, se faz a Arte em Latim, pera quem ja o sabe, com os exemplos em Grego: e se tudo fosse Grego seria o nunca a acabar."<sup>42</sup>

Outro aspecto, no que concerne a didáctica do Latim, que o diferencia dos manuais e das propostas jesuíticas concentra-se na crítica ao desenvolvimento da destreza de produção oral nos níveis iniciais do processo de aprendizagem<sup>43</sup>:

---

Agradecemos ao Prof. Gonçalo Fernandes que nos tenha proporcionado fotocópia do microfilme de um exemplar de tal obra, da qual consultámos também outro que se guarda na Biblioteca Pública de Évora (S. L. Est. 36 – C.1).

<sup>40</sup> O autor refere-se à reforma dos *De institutione grammatica libri tres* a cargo de António Velez, que deu à estampa em Évora, em 1599.

<sup>41</sup> *Arte de grammatica pera em breve saber latim*, Lisboa, 1610, *Ao leitor*, não paginado.

<sup>42</sup> *Ibid.*, *ibidem*.

<sup>43</sup> Sirva como ilustração o primeiro escólio da gramática de Manuel Álvares, no qual, antes de apresentar as regras iniciais, se adverte para a conveniência de que os discentes começem a exercitarse oralmente na língua latina, ainda que sem dispor de conhecimentos gramaticais básicos: "Dabit in primis operam praceptor ut discipuli etiam nunc tyrones et Latinac linguac rudes, iam inde a principio optimae pronuntiationi assuescant" (ÁLVARES, Manuel – *Ed. cit.*, p. 5). No entanto, outros docentes jesuítas, como Pere Joan Perpinyà, relegam a exercitação da expressão oral em favor das destrezas escritas (cf. PONCE DE LEÓN, Rogelio – "Las propuestas metodológicas para la enseñanza del latín en las escuelas portuguesas de la Compañía de Jesús a mediados del siglo XVI", in *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos*, 19, p. 248).

"[...] a arte mais he pera o entendimento do Latim que se acha nos bons authores, que não pera o escrever, nem fallar [...]. la o fallar Latim de repente, he cousa muyto perjudicial, porque nem todo o Latim, que segundo as regras de grammatica se falla, he verdadeiro Latim; porque como diz Quintiliano, *Aliud est Grammatice, aliud Latine loqui [...]*. O que importa mais he entendello e escrevello per imitação, como fizerão homens doctissimos de nossos tempos, que nunca, ou de maravilha o fallavão."<sup>44</sup>

Em tais considerações de índole pedagógica, é apreciável una leitura atenta dos tratados gramaticais do Brocense e, em especial, das *Verae brevesque grammatices latinae institutiones* (Lião, 1562)<sup>45</sup>, assim como da *Arte para en breve saber latin* (Salamanca, 1595), em cujo prólogo se vale de argumentos semelhantes aos expostos por Sanches de Paredes<sup>46</sup>. Tal preferência, o autor português encarregava-se de manifestá-la publicamente no prefácio, dirigido a João Gonçalves de Ataíde, ao sublinhar os desajustes observados entre as técnicas para o ensino do Latim – como o emprego do vernáculo – e as gramáticas publicadas até à data:

"[...] cum animadverterem ligatam orationem camque sermonc patrio puerorum ingenii magis arridere et memoriae conducere, in eam protinus incubui curam, ut, quoad ad eius fieri posset, pro ingeniali nostri captu, ad aliquod metri genus confugerem. Non me latet viros aliquos doctissimos hanc instituisse viam, quorum tamen vulgares institutiones

<sup>44</sup> SANCHES DE PAREDES, Pedro – *Op. cit.*, *Ao leitor*. Entre as considerações expostas no prólogo, parece-nos que também tem interesse o critério seguido por Sanches de Paredes, ao traduzir os tempos verbais de passado de *sum* por meio do auxiliar ‘aver’ e não de ‘ter’: “Nas conjugações mudey, tirey, e acrecentey algúas lingoajens. ‘Aver sido’, não tão sómente he lingoajem Castelhana, mas ainda Portuguesa, e tam forçada, que nam sey cu’que lingoagem, e declaração se possa dar melhor em Portugues ao pretérito perfeito, e plusquam perfeito do infinitivo *fuisse*” (*ibid.*, *ibidem*). A este respeito, no que concerne o critério de tradução de tais tempos, Manuel Álvares manifesta-se em sentido contrário (cf. PONCE DE LEÓN, Rogelio – *Op. cit.*, pp. XXXIX-XL; *idem*, – “Textos gramaticales jesuíticos para la enseñanza del latin en Portugal: el *De constructione octo partium orationis* (Coimbra 1555)”, in *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios latinos*, no prelo).

<sup>45</sup> Das sete edições da obra realizadas até à morte de Sánchez de las Brozas (cf. LIAÑO PACHECO, José M. – *Op. cit.*, pp. 22-24), pensamos que o autor da *Arte de grammatica* pôde consultar a última (Salamanca, 1595), porquanto, como remate desta, está agregada a já citada *Arte para en breve saber latin*.

<sup>46</sup> Contrastem-se as passagens anteriormente reproduzidas da *Arte de grammatica* com as apreciações de Sánchez de las Brozas: “Mejor se pasa de la lengua sabida a la no sabida, que de la ignorada a la trillada” (*Arte para en breve saber latin*, Salamanca, 1595, f. 45r.º); ou mais adiante: “Quien quisiere ver quanto importa saber en Romance el arte, si tanta gana tiene de llegar al Latin, tome dos niños de igual habilidad, i llevé al uno por Romance, y al otro por el Arte Latina, i vera al fin de seis u ocho meses quanto más presto, i con quantas ventajas, da mejor cuenta de los autores Latinos el Romancista que el Latinista” (*ibidem*, f. 45v.º). Efectivamente, no prefácio a este opúsculo, o autor estremendo “ataca abiertamente el método tradicional, defendiendo la enseñanza mediante la lengua vulgar” (GARCIA, Constantino – *Op. cit.*, p. 28).

nullas adhuc ipse vidi, si unas tantum excipiam Francisci Sanctii Brocensis<sup>47</sup>, consanguinici mei [...]. Is enim ultima fere ingenii sui factura breves quasdam grammaticac regulas Hispano carmine elaboratas in vulgus edidit, quas mihi impraesentiarum imitandas proposui, ut quemadmodum ille iuventuti Hispanae prodesse studuit, sic et ego prodessem Lusitanac, etsi non ea cruditione dexteritate.<sup>48</sup>

Não obstante, a influência do Brocense sobre Sanches de Paredes não se limita só à introdução de certos pressupostos didácticos, como também, na descrição gramatical, podem apreciar-se indícios claros da peugada da teoria linguística sanctiana na *Arte de grammatica*. Assim, no que concerne os modos verbais, Sanches de Paredes leva a cabo uma redução a respeito do sistema modal apresentado nos *De institutione grammatica libri tres*. Apresentamos seguidamente um quadro com a estruturação modal de Álvares e Sanches de Paredes em contraste com o sistema proposto por Sánchez de las Brozas:

Sánchez de las Brozas	Álvares	Sanches de Paredes
	Indicativus (amo)	Indicativus (amo)
	Imperativus (ama)	Imperativus(ama)
	Mandativus sive legitimus (amato)	Coniunctivus (amem)
	Optativus (utinam amarem)	Infinitivus (amare)
	Coniunctivus (cum amem)	
	Potentialis (amem?)	
	Permissivus seu concessivus (amem)	
	Infinitus (amar)	

[Em resultado da eliminação dos modos, estabelece a seguinte estruturação temporal:  
Praesens primum (amo)  
Primum imperfectum (amabam)]

<sup>47</sup> Cabe precisar, não obstante a afirmação de Sanches de Paredes, que antes da *Arte para en breve saber latin*, já se tinham redigido em Castelhano, no século anterior, diversos manuais para o ensino do Latim. Além da já citada versão para o Castelhano da gramática de Francisco Martins, destacam-se as obras de Bernabé del Busto – *Arte para aprender a leer y escribir perfectamente romance y latin* (1532?) e *Introductiones grammaticas breves y compendiosas* (1533) – e de Pedro Simón Abril – *De lingua latina* (1573) e *Los dos libros de la gramática latina escritos en lengua romance* (1583). Sobre este último autor, cf. BREVA-CLARAMONTE, Manuel – *La didáctica de las lenguas en el Renacimiento: Juan Luis Vives y Pedro Simón Abril*, Bilbau, Universidad de Deusto, 1994, pp. 125-158. Sobre as gramáticas latinas redigidas em Castelhano durante o século XVI, cf. ESPARZA, Miguel Ángel – “Trazas para la historia de la gramática española”, in *Scripta Philologica in memoriam Manuel Taboada Cid*, A Coruña, Servicio de Publicaciones de la Universidad de La Coruña, 1996, t. I, pp. 62-66.

<sup>48</sup> SANCHES DE PAREDES, Pedro – *Op. cit.*, f. @4rº.

Primum praeteritum perfectum (amavi)  
 Primum plusquam perfectum (amaveram)  
 Futurum primum (amabo)  
 Praesens secundum (amem)  
 Secundum imperfectum (amarem)  
 Secundum praeteritum perfectum (amaverim)  
 Secundum plusquam perfectum (amavissem)  
 Futurum secundum (amavero)  
Futurum tertium<sup>49</sup> (ama)  
 Infinitum verbum (amare)<sup>50]</sup>

---

No prólogo, o autor anuncia a referida simplificação: “Dos modos (que fora melhor não por algum) tirey o Optativo, acrecentando em seu lugar hum segundo imperfeito no conjuntivo”<sup>51</sup>. Da afirmação de Sanches de Paredes, pode deduzir-se que o seu desejo tinha sido desterrar os modos da descrição verbal, tal como defende Sánchez de las Brozas<sup>52</sup>; no entanto, opta – talvez pelo risco que supunha introduzir uma alteração tão inovadora no contexto escolar jesuítico – por manter, com a citada redução, esta categoria. Seja como for, a reforma do sistema modal na *Arte de grammatica*, como se pode apreciar no quadro que se acaba de apresentar, não só afecta o modo optativo, segundo adianta o autor no prólogo, mas também o mandativo, o potencial e o permissivo. Assim, tal proposta deve interpretar-se, insistimos, como uma aproximação, partindo da gramática de Álvares, dos postulados de Sánchez de las Brozas.

No que se refere aos *Rudimenta del Arte de grammatica*, detecta-se a introdução de certos aspectos da teoria sanctiana. Em concreto, a definição de gramática está retirada das *Verae brevesque grammatices latinae institutiones*: “A Grammatica, he Arte de bem fallar e escrever, cujo fim he a Oração concertada. A oração consta

<sup>49</sup> É o imperativo, traduzido para o Espanhol pelo autor como “futuro para mandar”.

<sup>50</sup> O infinitivo, analisa-o o Brocense não como um modo, mas sim como a forma impessoal dos verbos – por oposição aos *verba personalia*, a saber, as formas conjugadas –: “si personale verbum est quod personas et numeros ac tempora finit et determinat [...], impersonale erit quod omnibus iis caret, ut amare, legisse [...]; in iis enim neque personas, nec numeros, neque tempora poteris assignare” (SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco – *Ed. cit.*, pp. 86-88). A partir de tal sistema de tempos, desenvolvem-se os paradigmas verbais das *Verae brevesque grammatices latinae institutiones*.

<sup>51</sup> SANCHES DE PAREDES, Pedro – *Op. cit.*, *Ao leitor*.

<sup>52</sup> “Modus in verbis, quae species vocatur a Varrone, non attingit verbi naturam; ideo verborum attributum non est, sed explicatur frequentius per casum sextum, ut *mea sponte, tuo iussu feci*; non raro per adverbia, ut *male currit, bene loquitur*” (SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco – *Ed. cit.*, p. 90). Sobre o tratamento do modo nas obras gramaticais do Brocense, cf. LÓPEZ RIVERA, Juan José – “El Brocense y el modo”, in *Actas del I Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*, Madrid, Arco/Libros, pp. 423-425.

de palavras, as palavras de syllabas, as syllabas de letras”<sup>53</sup>. Entretanto, se atendermos às partes da oração apresentadas, Sanches de paredes segue Manuel Álvares<sup>54</sup>, já que estabelece oito classes de palavras, divergindo do Brocense, que elimina da descrição morfológica a interjeição e o pronome. Seguidamente, apresentamos em contraste as definições das classes de palavras registadas nas *Verae brevesque grammatices latinae institutiones*<sup>55</sup> (1) e na *Arte para en breve saber latin* (2) do Brocense, na gramática de Álvares e na *Arte* de Sanches de Paredes:

Sánchez de las Brozas	Álvares	Sanches de Paredes
(1) “Nomen est vox particeps numeri casualis cum genere” ( <i>ed. cit.</i> , p. 60). (2) “Tiene el nombre Cuenta, i casos / Genero, i Declinacion / I es señal con que nombramos / todas las cosas que son” ( <i>Arte para...</i> <i>op. cit.</i> , f. Gr. <sup>o</sup> ).	“Nomen est pars orationis quae casus habet, neque tempora adsignificat” ( <i>ed. cit.</i> , p. 158)	“Nome he parte da oração / Que tem numeros, e casos / Sem tempo” ( <i>op. cit.</i> , f. 33r. <sup>o</sup> )
(1) “Verbum est vox particeps numeri personalis cum tempore” ( <i>ed. cit.</i> , p. 84). (2) “El verbo es voz, que declara / las obras de nuestra action. / Por sus Numeros, i Tiempos, / Personas, Coniugation” ( <i>op. cit.</i> , f. Gr. <sup>o</sup> ).	“Pronomen est quod loco nominis positum certam finitamque personam adsignificat” ( <i>ibidem</i> , p. 167). “Verbum est pars orationis quae modos et tempora habet, neque in casus declinatur” ( <i>ibidem</i> , p. 169). “Participium est pars orationis quae tum casus,	“Pronome he a segunda parte / Que posto em lugar de nome, / Denota certa pessoa” ( <i>ibidem</i> , f. 34v. <sup>o</sup> ). “Verbo he parte da oraçam / Que tem modos, e tem tempos” ( <i>ibidem</i> , f. 35r. <sup>o</sup> ). “Participium est pars orationis quae tum casus,

<sup>53</sup> SANCHES DE PAREDES, Pedro – *Op. cit.*, f. 32v.<sup>o</sup>. Contraste-se com a definição do Brocense: “Grammatica est ars recte loquendi, cuius finis est congrua oratio. Oratio constat ex vocibus; voces ex syllabis; syllabae ex literis” (SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco – *Ed. cit.*, p. 42); assim como com a de Álvares: “Methodus, hoc est, ratio ac via qua emendate loquendi scribendique facultas comparatur, in quattuor partes distribuitur: orthographiam, prosodiam, etymologiam, syntaxim; quarum primae litera, secundae syllaba, tertiae dictio subiicitur, quartae respondet recta partium orationis inter se compositio” (ÁLVARES, Manuel – *Ed. cit.*, p. 154).

<sup>54</sup> “As Partes da oração, / Oyto saõ: Nomen, Pronomen, / Verbum, Participium, / Praepositio, Adverbium, / Interiectio, Coniunctio” (SANCHES DE PAREDES, Pedro – *Op. cit.*, f. 32v.<sup>o</sup>); “Partes orationis sunt octo: nomen, pronomen, verbum, participium, praepositio, adverbium, interiectio, coniunctio” (ÁLVARES, Manuel – *Ed. cit.*, p. 157).

<sup>55</sup> Em concreto, reproduzimos a descrição da edição salmantina de 1572, da qual se valem – junto com outra de 1576 impressa na mesma cidade – E. Sánchez Salor e C. Chaparro Gómez para estabelecer o texto da *Minerva*. É esta edição que, como vem sendo habitual ao longo do presente estudo, passamos a citar.

(1) "Participium est vox particeps numeri casualis, tempus et constructionem a verbo ducens, unde participium est appellatum" ( <i>ed. cit.</i> , p. 104).	tum tempora habet" ( <i>ibidem</i> , p. 177).	"O participio tem parte, / De Verbo, e tambem de Nome, / Porque tem tempos, e casos" ( <i>ibidem</i> , f. 35v. <sup>o</sup> ).
(2) "Participios no diffieren / de adiectivos, sino es / Que rijen casos del Verbo, / con tiempos alguna vez" ( <i>op. cit.</i> , f. Gv. <sup>o</sup> ).	"Praepositio est pars orationis quae caeteris partibus aut separata aut conjuncta fere praeponitur" ( <i>ibidem</i> , p. 181).	"Praeposição he h_a parte / Que se põe ante das outras" ( <i>ibidem</i> , f. 36r. <sup>o</sup> ).
(1) "Praepositio est vox expers numeri, quac casibus praeponitur et in compositione reperitur" ( <i>ed. cit.</i> , p. 112).	"Adverbium est pars orationis quae vocibus addita earum significationem explanat ac definit" ( <i>ibidem</i> , p. 182).	"Adverbio he como adjectivo / Do verbo, è das outras partes / Que declara seu motivo" ( <i>ibidem</i> , f. 36v. <sup>o</sup> ).
(2) (Não oferece definição da preposição, limitando-se a indicar o caso que rege cada uma delas.)		
(1) "Adverbium est vox expers numeri qui aliis vocibus tanquam adiectivum adiungitur" ( <i>ed. cit.</i> , p. 116).		
(2) "Adverbio es como adiectivo / del verbo" ( <i>op. cit.</i> , f. Gv. <sup>o</sup> )		
<hr/>		
(1) "Coniunctio est vox expers numeri qua orationes coniunguntur" ( <i>ed. cit.</i> , p. 118).	"Interiectio est pars orationis quac varios animi affectus indicat" ( <i>ibidem</i> , p. 183).	"A Interjeyçam declara / Varias paixões de nossa alma" ( <i>ibidem</i> , f. 37r. <sup>o</sup> ).
(2) "Coniunction no ajunta casos, / mas ata sentencias" ( <i>op. cit.</i> , f. Gv. <sup>o</sup> ).	"Coniunctio est pars orationis annexens ordinansque sententiam" ( <i>ibidem</i> , p. 184).	"Conjunçam ata, c ordena / A sentença na oraçam" ( <i>ibid.</i> , <i>ibidem</i> ).

Como se pode deduzir do quadro anterior, Sanches de Paredes leva a cabo uma tradução quase literal das definições propostas por Manuel Álvares. Isso, no que se refere ao verbo, não só se torna evidente no preceito inicial, mas também na sua classificação:

"O [verbo] pessoal tem pessoas / Todas d'ambos numeros. / [...] / Impessoal nam tem mais / Que só a terceyra pessoa / Do numero singular. / [...] / O pessoal se divide / Em cinco bandos que sam, / *Activa, Passiva, Neutra, Communia, e Deponentia.*"<sup>56</sup>

Contudo, em certos casos, como na caracterização do advérbio, advertem-se, na *Arte de grammatica*, indícios claros da consulta das *Institutiones* ou da *Arte*

<sup>56</sup> SANCHES DE PAREDES, Pedro – *Op. cit.*, f. 35r.<sup>o</sup>. Com efeito, Manuel Álvares propõe uma classificação do verbo em *activum, passivum, neutrum, commune, deponens*, estabelecendo, em cada um destes tipos, uma segunda divisão em pessoal e impessoal (*ed. cit.*, p. 169).

*para en breve saber latin sanctianas.* Assim ocorre também com a escolha do verbo ‘atar’ para a definição da conjunção, se bem que para esta classe de palavras o autor pode ter-se baseado tanto nos *Rudimenta* de Álvares – pois com o referido termo se pode verter para o Português o latino *annectere* – como no opúsculo em Castelhano do Brocense. Como quer que seja, de novo encontramos, no nível morfológico, a aplicação – se bem que de forma ténue – de determinados supostos e observações de Sánchez de las Brozas.

Quanto ao tratado sobre a sintaxe<sup>57</sup>, Sanches de Paredes caracteriza esta parte da gramática como se segue: “A construyçam que em Grego se chama *syntaxis*, he hūa composiçam, e concordia das partes da oraçam entre si”<sup>58</sup>. À luz de tal definição, parece-nos que o gramático português se aproxima da descrição que da sintaxe é apresentada nas *Institutiones* de 1576: “Constructio, quae graece syntaxis dicitur, est debita partium orationis inter se compositio. Dividitur in concordiam et rectionem”<sup>59</sup>. Confirma tal apreciação o facto de que haja duas correspondências claras entre os preceitos citados (compositio = composiçam; concordia = concordia), se bem que não há menção, na *Arte de grammatica*, do segundo pilar sobre o qual se sustenta a sintaxe de Sánchez de las Brozas – a *rectio*. Isso não quer dizer, no entanto, que Sanches de Paredes relegue para um segundo plano os *De institutione grammatica libri tres*<sup>60</sup> como fonte doutrinal, pois a estruturação da matéria sintáctica é, em termos gerais, a mesma que aparece no referido tratado gramatical, isto é, uma divisão em construção intransitiva, com a qual se abre o tratado sintáctico: “[...] primeyramente se trata da construyçam das partes que tem depois de si caso semelhante ao que fica atras, a qual se chama *Intransitiva*”<sup>61</sup>; para passar seguidamente à transitiva, que se caracteriza como a “construyçao das partes da oração, que pedem depois de si caso diferente do que fica atras, a qual se chama

<sup>57</sup> Intitulado *De syntaxi sive constructione octo partium orationis*.

<sup>58</sup> SANCHES DE PAREDES, Pedro – *Op. cit.*, f. 63rº.

<sup>59</sup> SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco – *Ed. cit.*, p. 124. A referida regra é vertida para o Castelhano na *Arte para en breve saber latin* do seguinte modo: “Construction es un concierto / de las partes entre si / que el Griego llama Syntaxis / i es concordar i regir (*op. cit.*, f. G2rº.”).

<sup>60</sup> Por exemplo, a definição alvaresiana de sintaxe não dista em grande medida da que se oferece na *Arte de grammatica*: “Syntaxis Graece, Latine constructio, est recta partium inter se compositio” (ÁLVARES, Manuel – *Ed. cit.*, p. 288). Que Sanches de Paredes tenha tomado como fonte primeira, neste ponto, a gramática de Manuel Álvares, não será de estranhar, dado que a todo o momento segue a estruturação desta; no entanto, amplia e completa a matéria em aspectos concretos, como se teve ocasião de comprovar, auxiliando-se da gramática sanctiana.

<sup>61</sup> SANCHES DE PAREDES, Pedro – *Op. cit.*, f. 63rº. Com efeito, para Álvares, dá-se a construção intransitiva “cum orationis partes aut nullum post se casum habent [...] ; aut certe non diversum ab eo qui antecessit” (*ed. cit.*, p. 288).

*Transitiva*<sup>62</sup>. Partindo desta distribuição inicial, Sanches de Paredes reproduz a estruturação que Manuel Álvares apresenta e desenvolve para o livro segundo da sua gramática. No entanto, o autor da *Arte de grammatica* encarrega-se de perfilar os preceitos sintáticos com os postulados da gramática sanctiana. Em concreto, em diversas passagens do *De syntaxi*, detecta-se a introdução, na explicação da sintaxe verbal, da teoria da elipse<sup>63</sup>. Efectivamente, a atribuição de um nominativo a cada verbo, a propósito do primeiro preceito relativo à concordância, pode fundamentar-se nela: “Todo o verbo pessoal / Que nam for do Infinitivo, / Sempre quer antes de si / O caso Nominativo, / Claramente, ou escondido; / Que concordará com verbo / Em pessoa, e em numero”<sup>64</sup>, ou ao desenvolver a natureza dos chamados verbos activos:

“O verbo Activo, que significa acção, de qualquer terminação que seja, rege depois de si Accusativo [...], e ainda os verbos neutros, quando significam a substancia de seus mesmos verbos: *ut 'vivo vitam', 'pugno pugnam', 'duram servis servitum'*...”<sup>65</sup>

Do mesmo modo se explica a construção de *posse* com ablativo:

“Os compostos de *sum*, *es*, *fui* regem Dativo, tirando *possum*, que nam rege caso algum: porque o Ablativo como que se acha algumas vezes, regese de hūa preposiçam *sub intellecta*, ‘*cum*’, ‘*a*’, *vel* ‘*ab*’: como os mais dos verbos que regem Ablativo;”<sup>66</sup>

assim como de outros verbos que regem igualmente tal caso: “Estes sam os verbos que mais ordinariamente regem Ablativo. Nos demais se rege da preposiçam tacita como fica ditto, e ainda em quasi todos estes”<sup>67</sup>. Assim ocorre também com os verbos que regem um duplo complemento em acusativo e genitivo:

“Verbos de Accusar que depois do Accusativo regem Genitivo de crime, ou pena sam, como: *Arguo*, [...]. O qual genitivo de crime às vezes se muda em Ablativo com preposiçam *de* [...]. A verdade he que este genitivo nam se rege dos verbos, senam do nome *crimen*, que se entende.”<sup>68</sup>

<sup>62</sup> SANCHES DE PAREDES, Pedro – *Op. cit.*, f. 65rº. Coteje-se com a correspondente definição de Manuel Álvares: “transitiva [est], cum partes nimurum orationis in casum dissimilem praccidenti transeunt” (*ed. cit.*, p. 288).

<sup>63</sup> Cf. *supra*.

<sup>64</sup> SANCHES DE PAREDES, Pedro – *Op. cit.*, f. 63rº. Parece claro, não obstante, que o que se leva a cabo é uma versão da correspondente regra alvaresiana: “Verbum personale finiti modi antecedit nominativus aperte vel occulte eiusdem numeri et personae” (ÁLVARES, Manuel – *Ed. cit.*, p. 288). Certamente, a elipse, como recurso explicativo de determinadas construções sintáticas, não está ausente na descrição gramatical de Manuel Álvares, mas não se emprega sistematicamente, como propõe o Brocense, para reduzir a regras gerais certas estruturas consideradas anômalas.

<sup>65</sup> SANCHES DE PAREDES, Pedro – *Op. cit.*, f. 73rº.

<sup>66</sup> *Ibidem*, f. 71rº.

<sup>67</sup> *Ibidem*, f. 72vº.-73rº. Nesta mesma passagem, aplica de novo a elipse ao *accusativus graecus*: “No accusativo da parte de que usam os Poetas, se entende hūa preposiçam tacita, *circa*, *secundum*, ou outra semelhante: *ut 'tremit ossa', 'ffractus membra'*, *id est*, ‘*circa ossa*’, ‘*circa membra*’” (*ibid.*, *ibidem*). Contudo, Manuel Álvares também utiliza a elipse ao descrever este acusativo (*ed. cit.*, p. 483).

<sup>68</sup> SANCHES DE PAREDES, Pedro – *Op. cit.*, f. 73vº.

Idêntico critério é seguido para negar a construção dos verbos com duplo acusativo: "Estes verbos nam regem mais que o Accusativo da pessoa, porque o outro regese de hūa preposiçam tacita, que será *circa*, *iuxta*, ou *per*"<sup>69</sup>. Não obstante, ainda sendo evidente que Sanches de Paredes se baseia no Brocense, a utilização da elipse não é sistemática como neste.

Em conclusão, achamos necessário insistir no facto de que a *Arte de grammatica pera em breve saber latinum* não se limita unicamente a verter para o Português os preceitos alvaresianos, mas também amplia os horizontes pedagógicos e linguísticos por meio da aplicação das ideias sanctianas. Neste sentido, pode afirmar-se que Sanches de Paredes é o introdutor, em Portugal, das ideias linguísticas do Brocense – propósito este muito semelhante, na nossa opinião, ao de Juan Luis de la Cerda, no reino vizinho, a propósito das *Introductiones latinae nebrisssenses*<sup>70</sup>. Isso não quer dizer, porém, que a *Arte de grammatica* assuma na sua totalidade, como modelo de gramática, as propostas de Sánchez de las Brozas: o objectivo de Sanches de Paredes consiste na aplicação concreta de certos procedimentos da descrição gramatical do Brocense à gramática de Manuel Álvares. Para uma adopção geral, em terras portuguesas, das ideias linguísticas do humanista estremeno, será necessário esperar pelos tratados gramaticais de Amaro de Roboredo<sup>71</sup> e, em especial, pelo *Methodo grammatical para todas as linguis* (Lisboa, 1619)<sup>72</sup>.

<sup>69</sup> *Ibidem*, f. 75v.<sup>o</sup>-76r.<sup>o</sup>.

<sup>70</sup> Sobre a repercussão da *grammatica sanctiana* nos *De institutione grammatica libri quinque* do P. La Cerda, cf. RAMAJO CAÑO, Antonio – "La huella...", art. cit., pp. 308-320. Convém matizar que a referida equiparação da *Arte de grammatica* com a reforma de Juan Luis de la Cerda obedece exclusivamente à assunção, em ambos os tratados, da teoria do Brocense. Se atendermos ao êxito editorial, os dois manuais tiveram uma sorte bem diferente: os *De institutione grammatica libri quinque* desfrutaram de um grande número de edições – a última data de 1880 (*ibidem*, pp. 302-303) –; por sua parte, a *Arte de grammatica pera em breve saber latinum* teve de conformar-se com a *editio princeps* de 1610, da qual se encontram localizados na actualidade muito poucos exemplares.

<sup>71</sup> Uma notícia biográfica aparece em BARBOSA MACHADO, Diogo – *Op. cit.*, t. I, pp. 127-128: "Natural da Villa de Algozo na Província Transmontana, e muito douto na Grammatica Latina, e Portugueza em cuja estudiosa applicação consumiu a mayor parte da sua vida merecendo pela grande sciencia que tinha alcançado em tantos annos as estimações das pessoas assim da Jerarchia Ecclesiastica, como Secular. O Arcebispo de Evora D. Diogo de Sousa, a cuja dignidade fora assumpto no anno de 1610 o fez seu Secretario. Depois sendo Beneficiado na Igreja de N. Senhora da Salvação da Villa da Arruda, foy Mestre dos filhos de D. Balthezar de Teyve fidalgo Castelhano morador em Lisboa, cujo ministerio exerceu com grande crédito da sua pessoa instruindo a D. Duarte de Castelo-branco primogenito de D. Francisco de Castelo-branco Conde de Sabugal, e Meirinho mór do Reyno". Uma breve notícia aparece também em ANTONIO, Nicolás – *Bibliotheca Hispana Nova*, Madrid, 1788, t. II, p. 118.

<sup>72</sup> Anos antes, tinha publicado *Verdadeira grammatica latina pera se bem saber em breve tempo. escripta na lingua portugueza, com muitos exemplos na latina* (Lisboa, 1615). Não é nosso propósito

Sobre esta obra, realizaram-se alguns trabalhos, dedicados quer ao prólogo, quer à descrição da estrutura da obra<sup>73</sup>; no seguimento destes estudos, vamos tratar de aprofundar a teoria gramatical contida no referido tratado e as fontes em que se fundamenta<sup>74</sup>. Carlos Assunção<sup>75</sup> ressaltou a apologia que faz Roboredo do carácter universal do seu método, que se sustenta na *ratio*, afirmação que o leva a reconhecer no gramático português “uma certa continuidade do pensamento modista”<sup>76</sup>; mais adiante, o mesmo estudioso considera o autor do *Methodo grammatical* como um dos precursores, em Portugal, da gramática de Port-Royal e da Gramática Generativa:

“A proposta da criação de princípios comuns a todas as línguas, A GRAMÁTICA UNIVERSAL, por Roboredo deve entender-se como um dos contributos mais acentuados da gramatologia portuguesa para a gramática que surge trinta e nove anos depois, a gramática de Port-Royal, e para a desenvolvida, na segunda metade do século XX, por Noam Chomsky. Amaro de Roboredo deu o seu contributo regional para aquelas gramáticas que vieram a ser determinantes para a criação da ciência da linguagem: a LINGUÍSTICA.”<sup>77</sup>

Seja ou não plausível tal hipótese, parece evidente que Amaro de Roboredo não criou as suas obras *ex nihilo*, mas, tal como foi adiantado, teve como principal referência, tanto no plano metodológico como no científico, os postulados de Sánchez de las Brozas<sup>78</sup>.

No *Methodo grammatical para todas as linguas*, chama a atenção, à primeira vista, o título: já não se trata de um manual dirigido ao ensino de uma língua

inventariar as obras linguísticas de Amaro de Roboredo, pois tal tarefa foi levada a cabo noutro sitio (cf. PONCE DE LEÓN, Rogelio – “La pedagogia...”, art. cit., p. 227).

<sup>73</sup> Cf. FÁVERO, Leonor L. – *As concepções lingüísticas no século XVIII – A gramática portuguesa*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1996, pp. 40-49; PONCE DE LEÓN, Rogelio – “La pedagogia...”, art. cit., pp. 220-223; ASSUNÇÃO, Carlos da C. – *Gramática e gramatologia*, Braga, APPACDM Distrital, 1997, pp. 198-201, 205-219; e CARDOSO, Simão C. – Art. cit., pp. 90-95.

<sup>74</sup> Tais aspectos também são desenvolvidos em SCHÄFER-PRIESS, Barbara – “Amaro de Roboredos *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619)”, in *Zur Wissenschaftsgeschichte der deutschsprachigen Lusitanistik. Akten des 1. gemeinsamen Kolloquiums der deutschsprachigen Lusitanistik und Katalanistik*, Francoforte do Meno, TFM / Domus Editoria Europaea, 1990, pp. 55-74; idem – *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822*, Tübingen, Max Niemeyer, 2000. Nesta última obra, é descrito e analisado de forma minuciosa e sistemática o conteúdo das obras gramaticais publicadas durante o período de tempo proposto pela autora, entre as quais se encontra o *Methodo grammatical* de Amaro de Roboredo.

<sup>75</sup> Cf. ASSUNÇÃO, Carlos da C. – *Gramática e...* op. cit., pp. 214-215.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 215.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 219.

<sup>78</sup> Cf. SCHÄFER-PRIESS, Barbara – Art. cit., pp. 65-68; idem – Op. cit., p. 13. A referida autora vê, igualmente, indícios da influência de Antonio de Nebrija no prefácio do *Methodo grammatical* (art. cit., pp. 56-62; op. cit., p. 13).

determinada, tal como tinha publicado, anos antes, Sanches de Paredes – ou mesmo Amaro de Roboredo – a propósito do Latim, mas sim da apresentação de uns preceitos gerais de gramática que podem materializar-se em cada uma das línguas. A este respeito, lança maior clareza o subtítulo que aparece na portada:

*CONSTA DE TRES PARTES. 1. GRAMMATICA exemplificada na Portuguesa, e Latina. 2. COPIA DE PALAVRAS exemplificada nas Latinas, artificio experimentado para entender Latinum em poucos meses. 3. FRASE exemplificada na Latina, em que se exercitão as syntaxes ordinarias, e collocação rhetorica.*

No prólogo ao *Methodo* o autor desenvolve esta questão:

“O principiante, que passar per este Methodo para as outras linguas tem meio caminho andado, tendo decorado na primeira as regras que servem para todas, e achandoas correspondentes nos lugares em que vaõ postos os preceitos [...]. Como por exemplo, quem souber bem per arte a Portuguesa, ou Castelhana descorrendo na Latina per semelhança, irá descobrindo hum concerto, propriedade, e methafora racional [...]. A razaõ he, que os Latinos erão homens, com os quaes concordamos na racionalidade, que encaminha o entendimento, e lingua, a declarar, o que sentimos: e ainda que as palavras sejam diversas, assi cada huma per si, como muitas iuntas na razão da frase, com tudo a união racional dellas em todos he a mesma.”<sup>79</sup>

Tais palavras podem interpretar-se como a existência de um sistema grammatical – incluído no que o autor denomina, na passagem, *racionalidade e união racional* – subjacente a todas as comunidades linguísticas. O referido sistema materializar-se-ia na língua de cada povo. É interessante sublinhar o carácter imanente e invariável da *grammaticae ratio*, independente das variáveis geográficas ou temporais, aspecto ao qual alude Roboredo ao referir-se à consciência linguística dos romanos e ao equipárla à dos povos da época do autor, em concreto o português. De facto, adverte Roboredo, pode ocorrer que um gramático contemporâneo aprofunde mais os conhecimentos da gramática latina que os próprios clássicos latinos, se bem que estes disporão de uma maior competência no uso e na exercitação da língua latina, ou, por outras palavras, nas habilidades relativas à eloquência. Tal argumento, ilustra o precisamente com a figura de Sánchez de las Brozas, numa das duas alusões que faz ao humanista estremeno no prefácio:

“De star a Latina reduzida a arte ha tantos annos e irse sempre a arte aperfeiçoando, podemos dizer que soube Francisco Sanchez Brocense mais Grammatica Latina em nossos tempos, que Cicero e Varrão columnas da lingua, nos seus, que lhe precederom 1640 annos.

---

<sup>79</sup> ROBOREDO, Amaro de – *Methodo grammatical para todas as linguas*, Lisboa, 1619, f. A4v.<sup>o</sup>. Passamos a citar pelo caderno de impressão, pois o prefácio não está paginado.

Elle mais Grammatica, e estes mais Latim. Porque a Grammatica depende da razão, que a natureza vai pelo tempo descobrindo aos bons, que sobre ella trabalhão: e como a lingua consta de Grammatica, Copia e Frase<sup>80</sup> [...], aquelle alcançou mais Grammatica, e estes sabião mais Copia, e Frase com mais propriedade.<sup>81</sup>

No que se refere à teoria gramatical propriamente dita, Amaro de Roboredo, no nível morfológico, distingue cinco partes da oração, divergindo de outros gramáticos<sup>82</sup>: “Das letras se compõem as palavras, que ou saõ Nomes, ou Preposições, ou Verbos, ou Adverbios, ou Coniunções, que se dizem as cinquo partes, de que a oração consta”<sup>83</sup>. Tal proposta coincide, *grossso modo*, com a que se apresenta na *Minerva*<sup>84</sup>. Interessa, por outro lado, determo-nos na descrição que realiza do nome na língua portuguesa, por meio de um contraste com o sistema latino<sup>85</sup>:

“Para os Nomes ha na Portuguesa tres Declinações, e na Latina cinquo. Em cada Declinação ha douis numeros; Singular para hūa cousa, Plural, para muitas. Cada numero tem seis casos, que as ultimas vogaes fazem diversos, ou semelhantes, segundo a propriedade da lingua.”<sup>86</sup>

<sup>80</sup> *Grammatica, Copia e Frase* são os três níveis de que consta o método roborediano. A *Grammatica* divide-se em três livros: no primeiro, estudam-se os rudimentos morfológicos e sintáticos aplicados ao Português em contraste com o Latim, para passar, no segundo, a aprofundar as irregularidades nominais e verbais; o último “he de principios universaes [...], os quacs segundo huma accommodada applicação se acharaõ certos em todas as linguis” (*ibidem*, f. C2rº). A *Copia* corresponde a uma lista de 1200 sentenças em Latim, a partir das quais o aluno deve memorizar e assimilar o vocabulário. Finalmente, na *Frase* desenvolvem-se as manifestações exclusivas de cada língua, se bem que se exemplifica com a latina; em termos gerais pode dizer-se que se trata de uma sintaxe figurada. (cf. PONCE DE LEÓN, Rogelio – “La pedagogia...”, *art. cit.*, pp. 223-224).

<sup>81</sup> ROBOREDO, Amaro de – *Op. cit.*, f. Br.<sup>o</sup>.

<sup>82</sup> Sobre a classificação das classes de palavras em Manuel Álvares e em Sanches de Paredes, cf. *supra*.

<sup>83</sup> ROBOREDO, Amaro de – *Op. cit.*, p. 1.

<sup>84</sup> Não obstante haver, tal como advertiu B. Schäfer-Priess (*art. cit.*, p. 65), divergências quanto ao número das *partes orationis*, a classificação de Roboredo toma como ponto de partida a de Sánchez de las Brozas, para o qual, segundo afirma na *Minerva*, há três classes de palavras: “Sunt autem hacteria: nomen, verbum, particulac” (*ed. cit.*, p. 48). Nas denominadas *particulae*, incluir-se-iam a preposição, o advérbio e a conjunção. B. Schäfer-Priess (*op. cit.*, p. 135) pensa que Roboredo pode ter-se baseado, no que se refere à descrição das classes de palavras, no *De partibus orationis*, tratado incluído nas *Verae brevesque grammatices latinae institutiones*. Contudo, no referido manual, o Brocense estabelece, como foi apresentado acima, seis partes da oração. Um contraste entre a caracterização das classes de palavras no Brocense e em Roboredo aparece em SCHÄFER-PRIESS, Barbara – *art. cit.*, pp. 65-66.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>86</sup> ROBOREDO, Amaro de – *Op. cit.*, p. 2. A atribuição de declinações ao nome português não constituiu uma inovação do autor do *Methodo grammatical*, porquanto, já em 1540, João de Barros tinha proposto duas declinações para aquele. “Os Latinos tem çinquo declinações [...]. A nossa linguagem declina-se em outras duas, a ua podemos chamár vogál por ser dos nomes que acábam nas vogáes; e a outra consoante, por acabarem os nomes que per ela declinamos nestas çinquo consoantes: l, m, r, s, z” (*Gramática da língua portuguesa*, Reprodução facsimilada, introdução e notas por M<sup>a</sup> Leonor Carvalhão

Tal definição aparece mais desenvolvida no livro terceiro da *Grammatica*<sup>87</sup>. Relativamente ao caso, expõe o seguinte: “Caso he special diferença<sup>88</sup> do Nome [...]. E saõ estes Casos [...] seis, naturalmente necessarios para declarar os varios conceitos do animo”<sup>89</sup>. A propósito da primeira afirmação apresentada, S. Cardoso afirma que Amaro de Roboredo,

“ao aplicar ao Português os métodos do Latim, declina os nomes substantivos e adjetivos (artificio que nos pode parecer estranho) e que classifica como uma só parte da oração [...]. Este recurso lógico-funcional é importante para o aprendente do Português e do Latim reconhecer os termos da oração e o regime do verbo.”<sup>90</sup>

Como aponta este estudioso, tal empenho na declinação em casos do nome português (substantivo e adjetivo) pode entender-se como um procedimento meramente didáctico destinado a assimilar, por contraste, o Português e o Latim. No entanto, na nossa opinião, o que Roboredo manifesta na explicação do nome é essencialmente uma preocupação em marcar, através de um só significante, as seis funções semânticas universais propostas por Sánchez de las Brozas: “In omni porro nomine natura sex partes constituit [...]. Quoniam haec casuum partitio naturalis est, in omni item idiomate tot casus reperiri fuerit necesse”<sup>91</sup>. Assim, em Latim,

Bucesu, Lisboa, Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971, pp. 314-315). Neste ponto, o humanista português distancia-se de Antonio de Nebrija, que nega que existam declinações em Espanhol (cf. BUESU, Mª Leonor C. – “Introdução” a *Gramática da língua portuguesa*, pp. LXVII-LXVIII), se bem que no gramático andaluz esta postura resulta mais aparente que verdadeira, pois “inaugura la que, más tarde, llegaría a constituir una suerte de tradición por la que teóricamente se niega la existencia de la declinación, pero se describe y se actúa como si existiera” (ESPARZA TORRES, Miguel Ángel – *Las ideas lingüísticas de Antonio de Nebrija*, Münster, Nodus Publikationen, 1995, p. 200).

<sup>87</sup> Tem por título o seguinte: *Da universal explicacām resolutiva, e compositiva das partes da Oraçāo exemplificada na língua Latina*. Dividido em três capítulos, a *explicacām resolutiva* abrange os dois primeiros e refere-se à morfologia; a *compositiva* ocupa o terceiro e tem por fim a exposição dos princípios gerais da sintaxe.

<sup>88</sup> As *differenças*, que correspondem aos *accidentia* das gramáticas renascentistas, são os acidentes do nome – caso, género e número – e do verbo – número, tempo e pessoa (este último também denominado pelo autor *rosto do verbo*). Note-se, a este respeito, a caracterização de *caso* apresentada por Sánchez de las Brozas – que traduz quase literalmente Roboredo –: “Prima et specialis nominis differentia, teste Scaligero, casus est” (*ed. cit.*, p. 60). Quanto à pessoa, com a expressão *rosto do verbo*, Roboredo não faz senão seguir à letra a denominação do Brocense: “nomina non habent personas, id est facies illas quas sola verba retinent” (*ibidem*, p. 126).

<sup>89</sup> ROBOREDO, Amaro de – *Op. cit.*, p. 65.

<sup>90</sup> CARDOSO, Simão C. – *Art. cit.*, p. 94.

<sup>91</sup> SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco – *Ed. cit.*, p. 62. A citada passagem foi interpretada do seguinte modo por C. Lozano Guillén: “El análisis [do caso] se limita al reconocimiento de seis marcas casuales para el latín, correspondiente a otros tantos *officia* [...]. Estos *officia* corresponden a funciones semánticas estables al margen de las lenguas particulares” (*op. cit.*, pp. 141-142). No mesmo sentido –

cada uma destas *partes* corresponde a outras tantas terminações; em Português, pelo contrário, realizar-se-ia num morfema sincrético<sup>92</sup>. Isso não obsta a que Roboredo repita, nos paradigmas, o mesmo significante para cada um dos casos<sup>93</sup>. Outro aspecto peculiar é a indiferenciação do substantivo e do adjetivo, que se agrupam no nome<sup>94</sup>. Guiado por tal critério, o gramático português apresenta, como paradigmas da primeira e segunda declinações, ‘alto’ e ‘alta’, enquanto que, para a terceira, utiliza ‘torre’. De novo se pode detectar a peugada do Brocense, para quem resulta desnecessária a diferenciação entre substantivo e adjetivo. A influência da *Minerva* é ainda mais clara quando o autor do *Methodo grammatical* aborda o verbo, cuja classificação expõe do seguinte modo:

“O verbo, ou he Activo, ou Passivo [...]. O Verbo activo tem actividade, a qual termina em o Accusativo [...]: este Accusativo (quando a oração se faz per Passiva) se porá em

se bem que mais critico – expressa-se J. M. Liaño Pacheco, para quem o Brocense “acude a la significación [...], y fundándose en la naturaleza describe las diversas relaciones que un nombre puede tener en la oración, y las reduce a seis en consonancia con los seis casos del latín” (*op. cit.*, p. 98).

<sup>92</sup> De novo, tal diferenciação casual no vernáculo não resulta ser inédita, pois no século anterior esta caracterização do nome, segundo a qual os diferentes matizes semânticos se manifestam nas línguas vulgares, não por meio de casos, mas sim através da variação das preposições, aparece em gramáticas que descrevem tanto a língua portuguesa (cf. BARROS, João de – *Ed. cit.*, pp. 315-316; e BUESCU, M<sup>a</sup> Leonor C. – *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1983, pp. 161-172) como a espanhola (cf. NEBRIJA, Antonio de – *Gramática de la lengua castellana* [Salamanca, 1492], edição de Antonio Quilis, Madrid, Aguilar, 1992, pp. 270-271; RAMAJO CANO, Antonio – *Las gramáticas de la lengua castellana desde Nebrija a Correas*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1987, pp. 106-112; e ESPARZA TORRES, Miguel Ángel – *Op. cit.*, pp. 201-203). Não obstante certos autores terem querido ver neste facto um reflexo da gramática universal e um antecedente dos gramáticos de Port-Royal e inclusivamente da Gramática Generativa (cf. BUESCU, M<sup>a</sup> Leonor C. – *Op. cit.*, p. 171; e RAMAJO CANO, Antonio – *Op. cit.*, p. 112), nós pensamos que, pelo menos até à aparição das gramáticas das *rations* (cf. *supra*), o que se detecta nas primeiras *Artes romances* é, neste aspecto, a peugada perdurable da gramática especulativa medieval e uma tentativa de descrição coerente com a gramática latina – da qual se distancia, à vista de outros tratados da época, a *Grammatica da lingoaem portuguesa* (Lisboa, 1536) de Fernão de Oliveira (cf. BUESCU, M<sup>a</sup> Leonor C. – *Historiografia da Lingua Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, pp. 16-17; e TORRES, Amadeu, e ASSUNÇÃO, Carlos da C. – “Introdução” à *Gramática da linguagem portuguesa* (1536), Lisboa, Academia das Ciências, 2000, p. 19). No que se refere à herança medieval em Nebrija, assim o confirma Esparza Torres: “La doctrina de materia y forma [...] no es una invención original de Nebrija. Se trata, más bien, de un fruto muy concreto de la especulación medieval del lenguaje” (*op. cit.*, pp. 78-79). No caso de Amaro de Roboredo, pelo contrário, as fontes, há que buscá-las na *grammatica philosophica* de Francisco Sánchez de las Brozas.

<sup>93</sup> Tal critério volta a ser empregue pelo autor na *Recopilaçam da grammatica portuguesa e latina* (Lisboa, 1619), na qual se apresentam em contraste as marcas casuais latinas com as correspondentes portuguesas. Agradecemos ao Prof. Gonçalo Fernandes o facto de nos ter facultado fotocópia deste opúsculo de Roboredo.

<sup>94</sup> Cf. SCHÄFER-PRIESS, Barbara – *Op. cit.*, pp. 146-147.

Nominativo do mesmo numero, com o qual Nominativo se contenta o Passivo [...]. O Verbo pessoal he o que tem pessoas, o Impessoal, he o Infinitivo como ia se vê.”<sup>95</sup>

No que se refere à primeira divisão do verbo em activo e passivo, esta expõe-se de forma mais pormenorizada no livro terceiro da *Grammatica*:

“Nas linguas scholasticas dividese o Verbo em Activo, e Passivo. Activo he o Verbo que de si lança actividade para algum Accusativo [...]. Passivo he o Verbo, que não tem actividade alguma: antes padece o Nominativo, que concorda com ele [...]. Dos Verbos Activos, huns traspassaõ sua actividade em varios Accusativos, dos quaes, se se não declarar algum, logo a significação destes Verbos suspende a oreilha, ou o entendimento, como húa oração imperfeita [...]. Estes Verbos se podem chamar Activos incertos, ou varios. Outros infundem sua actividade em hum sooo Accusativo tam certo, que dentro de si o incluem. Donde ainda que tal Accusativo se não declare, não suspende a oreilha, ou entendimento sua significação: porque he facil entender seu Accusativo: como *Curro*, *Vivo* etc. pois sta claro, que o que se corre he a carreira; o que se vive, a vida. Porem se quisermos declarar o Accusativo qualificado com o Adjectivo bem o admite a oreilha: como *Brevem currimus cursum*; *Miseram vivimus vitam*. Estes Verbos, que muitos chamão Neutros, se podem dizer Activos certos, por amor da certeza de seu Accusativo. Sô hum verbo ha que nem parece Activo, nem Passivo e significa sustancialmente: na Latina he, *sum*.”<sup>96</sup>

Como se pode observar, o que Amaro de Roboredo propõe é uma simplificação da tipologia verbal que obedece à *ratio* – diferentemente de outros gramáticos<sup>97</sup> – o que o leva a negar a existência de verbos intransitivos, pois estes podem subcategorizar um acusativo interno, que se manifesta na estrutura superficial quando se pretende delimitar o denotado por este através de um adjectivo. Esta é precisamente a mesma distribuição que propõe Sánchez de las Brozas:

“Quum igitur, secluso verbo substantivo, omnia verba sint aut activa aut passiva, intelligendum est activa omnia vel in varios transire accusativos ut *facere verba*, *fidem*, *finem*, vel in unicum tantum, id est, in suum, ut *vivere vitam*, *mori mortem*, *egere egestatem*, *furere furorem*.<sup>98</sup>

Idêntica peugada, no livro III da *Grammatica*, pode detectar-se na divisão dos verbos – sejam activos ou passivos – em pessoais ou impessoais, designando com este último termo os infinitivos:

“Assi os Verbos Activos, como os Passivos se dividem em Verbos Pessoaes, que teem Pessoas; como, *Amas*, *Iuvat*, *Taedet* etc. E em Verbos Impessoaes, que não teem tempos, nem

<sup>95</sup> ROBOREDO, Amaro de – *Op. cit.*, p. 13.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>97</sup> Relativamente à classificação apresentada por Manuel Álvares, cf. *supra*.

<sup>98</sup> SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco – *Ed. cit.*, p. 240.

Numeros, nem Pessoas distintas: mas todos os Tempos, Numeros, et Pessoas confusas, e encerradas em húa Voz; como, *Amare, Amari, Amatum, Amando; Taedere, Taeduisse*, etc.<sup>99</sup>

Do fragmento reproduzido, deduz-se que Roboredo designa com o termo *impessoal*<sup>100</sup> exclusivamente as formas não pessoais do verbo<sup>101</sup>, pelo que qualquer forma pessoal deverá concordar obrigatoriamente com um nominativo. Com efeito, tal proposta é tomada da *Minerva*<sup>102</sup>.

No livro III da *Grammatica*, e concretamente no capítulo segundo, o autor do *Methodo grammatical* expõe a teoria sintáctica comum a todas as línguas, baseada na concordância e na regência, princípios sobre os quais também assenta a teoria sintáctica sanctiana<sup>103</sup>. Para a primeira, estabelece quatro tipos: 1) concordância entre o substantivo e o adjetivo em género, número e caso; 2) entre o relativo e o seu antecedente em género e número; 3) entre o nome – em caso nominativo – e o verbo em número; 4) finalmente, entre a pergunta e a resposta em caso, tempo e número<sup>104</sup>. No que concerne a terceira relação de concordância, Roboredo nega que o nome concorde em pessoa com o verbo:

"O nome posto em Nominativo concorda com o Verbo Pessoal posto na terceira Pessoa em Número sómente. Porque estes Nominativos, *Ego, Nos*, tomão pera si as primeiras Pessoas; e estes, *Tu, Vos*, tomão as segundas Pessoas. Aos mais Nomes postos em Nominativo singular se lhe ajuntará a terceira Pessoa singular: e postos em Nominativo Plural, se lhes ajuntará a terceira pessoa de plural [...]. Porque assim como o Verbo não tem Genero, nem

<sup>99</sup> ROBOREDO, Amaro de – *Op. cit.*, p. 69.

<sup>100</sup> Dos *verba impersonalia* os gramáticos renascentistas ofereceram numerosas e variadas definições, em certos casos, radicalmente distantes. Confronte-se, neste sentido, a correspondente definição, marcadamente semântica, de Felipe Melanchton – "Impersonalia dicuntur, quae personam certam nominativi casu non recipiunt, sed mutatur nominativus personae in obliquis" (*Maior grammatica Philippi Melanchthonis latina*, Frankfurt, 1568, p. 210) –, com a que oferece Manuel Álvares, muito próxima do formalismo de Petrus Ramus: "Impersonale est, quod prima et secunda persona utriusque numeri et tertia multitudinis fere privat" (*ed. cit.*, t. I, p. 169).

<sup>101</sup> Ante tal proposta, como se explica um fenômeno linguístico em Português que infringe frontalmente este princípio, como é o infinitivo conjugado? Esta anomalia só se pode entender, segundo o que se colige das palavras de Amaro de Roboredo, a partir de um desajuste de certas estruturas subjacentes no plano da realização sintáctica: "Tem finalmente a Portuguesa hum Infinitivo que o uso corrompendoo fez pessoal, e delle carecem as línguas, de que tenho noticia" (*op. cit.*, p. 33). Contudo, não parece oferecer uma explicação, por assim dizer, racional para o infinitivo pessoal.

<sup>102</sup> Cf. *supra* n. 50.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 220: "In verborum constructione duo consideranda sunt: concordia et rectio". Sobre este aspecto, cf. LOZANO GUILLÉN, Carmen – *Op. cit.*, p. 145-146.

<sup>104</sup> ROBOREDO, Amaro de – *Op. cit.*, pp. 71-73. Na *Minerva*, contudo, só aparecem os três primeiros tipos de concordância: "Constructionem diximus dividi in concordiam et rectiōnem; item concordiam triplicem esse: adiectivi et substantivi; nominis et verbi; relativi et antecedentis" (SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco – *Ed. cit.*, p. 124).

Casos para concordar nelles com o Nome, que os tem: assi o Nome não tem Pessoas para concordar nessas com o Verbo, que as tem. Por tanto segue o Verbo o Nominativo no Número sómente em que se poser: dando as primeira Pessoas a *Ego*, e as segundas a *Tu*.<sup>105</sup>

De novo esta proposta é tomada do Brocense, para quem “la persona es exclusiva de los verbos. Los nombres no tienen personas, sino que pertenecen a alguna persona verbal”<sup>106</sup>. No que toca à regência, o gramático português segue o esquema e as ideias do humanista estremeno, contrastando, como é habitual ao longo da obra, o vernáculo e o Latim. A segunda parte do capítulo terceiro estrutura-se segundo a sintaxe dos casos. Sobre o nominativo, indica que “he principio da Oraçao, o qual todo o Verbo Pessoal quer antes de si ou expresso, ou entendido de fora”<sup>107</sup>. No que se refere ao genitivo, confronta-se a construção em Português e em Latim evidenciando as diferenças quanto ao regente:

“O Genitivo na lingua Portuguesa, e outras vulgares, sempre he regido da Preposição de expressa [...]: porem na Latina sempre he regido de Nome Sustantivo. Na qual regencia concorrem douis Sustantivos não continuados, mas diversos, e sempre o Genitivo he de Possuidor.”<sup>108</sup>

O mesmo ocorre em relação ao dativo:

“O Dativo na Latina sempre se rege per modo de acquisitione, que faz a causa posta neste Caso attrahindo a Oraçao em que entra: e a qualquer dicção, ou Oraçao se accommoda [...]. Nas outras linguas se rege o Dativo ou de modo de acquisitione, ou de Preposições [...]. Na Portuguesa se rege das Preposições *a*, *pera*.<sup>109</sup>

Tal explicação assemelha-se à que oferece Sánchez de las Brozas<sup>110</sup>. Quanto ao acusativo, faz finca-pé no facto de que é o complemento de qualquer verbo ou das preposições próprias deste caso, assim como *supposto* – isto é, sujeito – de um infinitivo em Latim: se aparece expresso no discurso um acusativo sem preposição,

<sup>105</sup> ROBOREDO, Amaro de – *Op. cit.*, p. 72.

<sup>106</sup> GARCIA, Constantino – *Op. cit.*, p. 117.

<sup>107</sup> ROBOREDO, Amaro de – *Op. cit.*, p. 73.

<sup>108</sup> *Ibid., ibidem*. Contraste-se com a definição do Brocense: “Genitivus perpetuo significat possessorem [...], unde fit ut verbo regi non possit, nam possessor et res possessa nomina relata sunt” (*ed. cit.*, p. 128).

<sup>109</sup> ROBOREDO, Amaro de – *Op. cit.*, p. 74.

<sup>110</sup> “Dativus constructae atque perfectae orationi per modum acquisitionis supervenit. Nulla igitur crit oratio, cui per modum acquisitionis dativus adiungi non possit” (*ed. cit.*, p. 138).

de forma, por assim dizer, absoluta, deve obrigatoriamente subentender-se uma preposição:

"Qualquer Verbo Activo pode reger despois de si Accusativo, ou regem as Preposições de Accusativo; ou he na Latina supposto de Infinitivo, que pede antes de si Accusativo [...]. Doutra maneira sempre o Accusativo depende de Preposição<sup>111</sup> ou calada, ou expressa."<sup>112</sup>

Como na *Minerva*<sup>113</sup>, Roboredo emprega a elipse como um recurso por meio do qual as anomalias e exceções ficam reduzidas aos princípios sintáticos universais. No entanto, a frequência deste fenômeno varia de umas línguas para outras: se é frequente a elisão da preposição ante o ablativo em Latim, pelo contrário, "entre as Preposições, que regem Ablativo, ha estas [com, de, em] mui repetidas na pratica Portuguesa, na qual sempre se declara com antes do instrumento; e na Latina quasi sempre se cala"<sup>114</sup>. Com efeito, este mesmo procedimento resulta essencial na *Grammatica* para explicar e descrever a sintaxe do ablativo:

"O Ablativo sempre se rege de Preposição expressa, ou entendida de fora; mas por figura Ellipse muito elegantemente se cala a Preposição em algumas línguas; e sem figura na Latina se houverá a Preposição de antepor ao Tempo, Modo, Instrumento, Preço, Louvor, Vituperio, Parte do animo, ou corpo [...]."<sup>115</sup>

Não surpreende, a este respeito, que, na ampla lista de matizes semânticos atribuídos à natureza do ablativo, o autor do *Methodo grammatical* inclua o ablativo absoluto ou, nas suas próprias palavras, o "Ablativo, que chamão absoluto de causa, ou pessoa"<sup>116</sup>, tal como defende Francisco Sánchez de la Brozas<sup>117</sup>. A fim de ilustrar e justificar a sua explicação, Roboredo reproduz a seguir um texto latino com uma série bastante extensa de ablativos sem preposição, com diversos matizes, para, logo de seguida, oferecer uma lista de preposições segundo o tipo de ablativo.

<sup>111</sup> Não é estranho, pois, que se subentenda uma preposição num dos dois complementos da construção de duplo acusativo: "Activos incertos são os Verbos de ensinar, amoestar, perguntar, encobrir: os quaes alem de seu Accusativo admittem na frasc Portuguesa, e Latina outro regido da Preposição acerca, conforme, ou segundo calada, como *Ensinasme nova Grammatica* [...]; conforme ou segundo a nova *Grammatica*" (ROBOREDO, Amaro de – *Op. cit.*, p. 50).

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>113</sup> "Accusativus, nisi sit infiniti verbi suppositum [...], aut activorum appositum [...], semper a praepositione pendet [...]. Denique ratione praepositionis subintellectac aut appositae uteris accusativo vel ablativo" (SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco – *Ed. cit.*, p. 142).

<sup>114</sup> ROBOREDO, Amaro de – *Op. cit.*, p. 51.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>116</sup> *Ibidem*, pp. 74-75.

<sup>117</sup> *Ed. cit.*, pp. 156-158.

Antes de apresentar este caso, dedica umas linhas a explicar o vocativo, que define como se segue: “O Vocativo he sômente para chamar, ou mostrar a cousa que a pratica se endereça [...]. Nos Tempos mandativos parece o Vocativo, que tem vez de Nominativo; tanta he a semelhança destes dous Casos”<sup>118</sup>. É na explicação deste caso que se distancia dos postulados sanctianos, aproximando-se de abordagens mais tradicionais.

Segundo comprovámos, a teoria grammatical de Amaro de Roboredo é fiel, no início do século XVII, às propostas de Sánchez de las Brozas<sup>119</sup>. Isso não quer dizer, no entanto, que o *Methodo grammatical* se fundamente exclusivamente na *Minerva*. Viu-se que, em definições como a do vocativo, o gramático português segue as gramáticas do *usus*. Por outro lado, serve-se, provavelmente por motivos pedagógicos, de procedimentos utilizados pelos gramáticos normativistas, como a versificação de listas de substantivos ou verbos, com o fim de que os alunos as memorizem<sup>120</sup>. Por outro lado, Roboredo submete o seu método à prática e à experiência, chegando em passagens da *Grammatica* a qualificá-lo de *sensual*. Assim se torna manifesto no prefácio à obra, onde se afirma que

“das artes que nos retardão o uso devemos fugir com diligencia [...]. E com a mesma diligencia debe o Artifice, considerando o fim, e os meios para chegar a esse fim, spicular a capacidade do que ha de usar desses meios, accomodandose aa natureza de suas potencias [...]. E como he notoria a grande dependencia, que o discurso humano tem dos sentidos corporaes, procede derecho dos effeitos para as causas, dos exemplos para as regras [...], as

---

<sup>118</sup> ROBOREDO, Amaro de – *Op. cit.*, p. 73.

<sup>119</sup> Temos de precisar, não obstante, que o *Methodo grammatical* está redigido num estilo que, em relação aos postulados normativistas, carece de provocação ou de desprezo – traços constantes no estilo do Brocense. É certo que, em numerosas passagens do prólogo, se observa um tom altamente crítico com outros gramáticos, mas o que Roboredo faz é uma defesa do seu método em face dos ataques de outros professores – provavelmente da Companhia de Jesus – que ensinavam por outro manual e outro método – o proposto nos *De institutione grammatica libri tres*.

<sup>120</sup> O emprego de versos como fórmula mnemotécnica para a aprendizagem aparece, por exemplo, na primeira edição (1572) dos *De institutione grammatica libri tres* de Manuel Álvares. Tal recurso foi-lhe especialmente grato a António Vélez, autor da reforma da gramática alvaresiana para as escolas portuguesas da Companhia de Jesus (Évora, 1599), pois versificou todos os preceitos. Seja como for, a versificação de preceitos como recurso pedagógico também é utilizada pelo Brocense na *Arte para en breve saber latin e defendida no prefácio a esta obra – intitulado Del provecho que se saca de la grammatica en romance* –: “No es possible menos – diz Sánchez de las Brozas – que en algun genero de versos, escrevirse el arte para el Latin, porque ansi se toma mas facilmente, i se retiene mejor. I no diga nadie que sera mas escura en verso, porque para quien no entiende la sentencia, todo es uno. I pues ansi como ansi, toda arte (como dice Marco Tullio) tiene necessidad de maestro, mejor queda en verso que no en prosa” (ff. 45v.<sup>o</sup>-46r.<sup>o</sup>).

quaes se sabem despois melhor dando volta pelo Methodo doutrinal, despois do principiante ter a primeira ajuda sensual.”<sup>121</sup>

Consequência disso é a redacção da obra na língua materna e não em Latim, embora, neste critério, apareça de novo a figura inspiradora do Brocense, que, como se teve ocasião de mostrar, expôs os rudimentos gramaticais em Espanhol<sup>122</sup>:

“Fica logo clara a obrigação do Artifice, quero dizer minha, neste Methodo de me accomodar aa rudeza pueril, screvendo na lingua Materna do principiante, levando per exemplos claros, e ainda corporaes della para a Latina [...]. E fica clara a obrigação de dispor a materia ainda da lingua Materna segundo a natureza do discurso humano dependente dos sentidos [...], ajuntando muitos exemplos em o livro, e em voz, que o aprendiz veja, ouça, apalpe.”<sup>123</sup>

A convergência e a assunção, no *Methodo grammatical para todas as linguas*, da gramática universal e dos postulados experimentalistas, com objectivos marcadamente didácticos, fazem de Amaro de Roboredo, além de um dos primeiros divulgadores – não já portugueses ou ibéricos, senão europeus – da *grammatica sanctiana*, um renovador da teoria linguística e da pedagogia da época. Convém advertir, a este respeito, que o tratado roborediano se adianta nove anos à *Grammatica philosophica* (1628) de Gaspar Scioppius, obra que “es la aplicación práctica de las ideas del Brocense al campo de la enseñanza del latín”<sup>124</sup>. Do mesmo modo, o método de ensino através da comparação e contraste de línguas, apresentado na segunda parte do *Methodo* – isto é, a *Copia*<sup>125</sup> –, publicou-se doze anos antes da *Ianua linguarum reserata sive seminarium linguarum et scientiarum omnium* (Leszna, 1631), de John Amos Comenius<sup>126</sup>.

No entanto, após estas linhas, pode ficar em suspenso a seguinte questão: foram Pedro Sanches de Paredes e Amaro de Roboredo os únicos difusores durante o século XVII em Portugal da teoria de Sánchez de las Brozas? Noutro lugar, levámos

<sup>121</sup> ROBOREDO, Amaro de – *Op. cit.*, f. B2rº.

<sup>122</sup> Não nos aventuramos a propor, neste ponto, como fonte do *Methodo grammatical* as reflexões de Francisco Martins às que antes se fez referência, porquanto não sabemos com segurança que alcance e difusão puderam ter as suas obras em Portugal. Seja como for, é incagável que em ambas propostas gramaticais subjazem sólidas convicções sensualistas.

<sup>123</sup> ROBOREDO, Amaro de – *Op. cit.*, f. B2vº.

<sup>124</sup> BREVA-CLARAMONTE, Manuel – *Art. cit.*, p. 357.

<sup>125</sup> Temos de precisar, contudo, que o que Roboredo faz nesta parte não é senão copiar literalmente a *Ianua linguarum* publicada por um grupo de jesuitas em Salamanca, em 1611. O verdadeiramente inédito na obra do gramático português é a aplicação daquela às línguas portuguesa e espanhola noutro tratado do mesmo autor – *Porta de línguas* (Lisboa, 1623).

a cabo uma análise mais ou menos atenta dos variados comentários e traduções da gramática de Manuel Álvares – redigida, há que insistir nisso, em língua latina e cujos preceitos foram versificados na sua totalidade por obra e graça de António Velez – que viram a luz, em numerosas reedições, ao longo do século XVII<sup>127</sup>. Pois bem, estes tratados não se serviram das ideias linguísticas do humanista estremenho na mesma medida que Sanches de Paredes ou Roboredo, mas é indiscutível que recorreram ocasionalmente à *Minerva* para complementar ou precisar as regras alvaresianas. Em concreto, referimo-nos à alusão aos chamados verbos neutros que podem reger um acusativo interno<sup>128</sup>, em tratados como as *Curiosas advertencias da boa grammatica no compendio e exposição do Padre Manoel Alvres em lingoa Portugueza* (Lisboa, 1619)<sup>129</sup> de Bartolomeu Rodrigues Chorro; noutras casas, certos aspectos da gramática de Sánchez de las Brozas, como a teoria da elipse, não foram tomados directamente da *Minerva*, mas sim através de tratados, publicados durante o século XVII, que a comentavam ou que seguiam as suas propostas. Assim, com efeito, ocorre com o *Promptuario de syntaxe* (Évora, 1699), de António Franco (1662-1732), autor que cita com alguma frequência Gerardus Joannes Vossius e Claude Lancelot, continuadores, como é conhecido, da gramática sanctiana. No entanto, as obras de Amaro de Roboredo, bem como a *Arte de Pedro Sanches de Paredes*, não aparecem citadas pelos seus “antagonistas”<sup>130</sup>, provavelmente porque foram dos primeiros gramáticos portugueses a afastarem-se do método alvarístico<sup>131</sup>, aplicando a teoria do Brocense ao ensino de línguas. Quanto a Amaro de Roboredo, neste aspecto, não só deve ser considerado um dos primeiros gramáticos “sanchistas”<sup>132</sup>, em Portugal, como

<sup>126</sup> Cf. PONCE DE LEÓN, Rogelio – “La pedagogía...”, *art. cit.*, p. 224.

<sup>127</sup> Cf. n. 37.

<sup>128</sup> Na terminologia de Roborcedo são os *verbos activos certos*.

<sup>129</sup> Esta obra usufruiu de uma enorme difusão em Portugal, a julgar pelo número de edições que teve ao longo do século XVII e da primeira metade do século XVIII, e se se compara com o escasso eco editorial dos tratados de Amaro de Roboredo.

<sup>130</sup> Isso não quer dizer que gramáticos alvaristas como João Nunes Freire ou José Soares não se servissem de certos procedimentos didáticos criados por Amaro de Roboredo (cf. PONCE DE LEÓN, Rogelio – “La pedagogía...”, *art. cit.*, p. 226; *idem* – “El Alvarez...”, *art. cit.*, pp. 325-328). No caso de Sanches de Paredes, mais do que de antagonistas, deveríamos falar de continuadores das preocupações didáticas desenvolvidas na *Arte de grammatica*, mas com uma preferência nitidamente menor pela *grammatica philosophica* sanctiana.

<sup>131</sup> Contudo, no que diz respeito a Sanches de Paredes, o que se observa é uma modificação de certas propostas pedagógicas e linguísticas do humanista madeirense.

<sup>132</sup> Assim é como são denominados os gramáticos que, durante a primeira metade do século XVIII, redigiam em Portugal os seus tratados segundo a teoria de Sánchez de las Brozas, opondo-se assim aos defensores – na sua maioria jesuítas – do método alvaresiano – os chamados “alvaristas”.

também um precursor, na Europa, dos pressupostos sensualistas ou experimentalistas. Justo é, pois, que ocupem a *Arte de grammatica pera em breve saber latin* e o *Methodo grammatical para todas as linguas*, na História das Ideias Linguísticas e na História da Pedagogia das Línguas, o lugar que merecem.

*Rogelio Ponce de León Romeo*